

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2024-05-02

Registo

PT/AUC/MC/MJA - Mosteiro de Jesus de Aveiro

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/AUC/MC/MJA
Tipo de título	Controlado
Título	Mosteiro de Jesus de Aveiro
Datas de produção	1338-06-03 - 1873-00-00
Datas de acumulação	1458-1874
Dimensão e suporte	103 u. i. (10 cx., 2 cp., 85 liv., 6 pt); pergaminho e papel.
Entidade detentora	Arquivo da Universidade de Coimbra
Produtor	Ordem dos Pregadores. Mosteiro de Jesus de Aveiro. C. 1458-1874; Também designado: Convento de Jesus de Aveiro

História administrativa/biográfica/familiar

O Mosteiro de Jesus de Aveiro era feminino, e pertencia à Ordem dos Pregadores (Dominicanos). O primeiro ato fundador do que viria a ser o Mosteiro de Jesus de Aveiro remonta a 24 de novembro de 1458, quando D. Beatriz (ou Brites) Leitão (ou Leitoa), senhora de Ouca, e suas duas filhas se recolheram numa casa próxima do já existente convento masculino de Nossa Senhora da Misericórdia (Dominicanos, Obra dos Pregadores), decididas a viver segundo a regra dominicana.

A partir de 1460, tiveram a companhia de D. Mécia Pereira, irmã do 1º Conde da Feira, viúva de Martim Mendes de Berredo, abastado e "grande cavaleiro e nobre fidalgo da casa do rei D. Afonso V". Desejando "renunciar ao mundo e à família" e "servir apenas a Deus" "em regime de oração, meditação e silêncio, jejuns e vigílias".

D. Mécia recebera em testamento todos os bens do marido, o que permitiu a compra de novos terrenos e a construção de novas casas e, sucessivamente, das dependências próprias de um mosteiro, a começar pela capela onde os padres do convento contíguo iam celebrar, evitando qualquer contato das recolhidas com o mundo exterior. Simultaneamente foram pedidas as necessárias e morosas licenças para fundação e edificação do novo convento – junto do Papa Pio II, do rei D. Afonso V, do bispo da diocese de Coimbra, à qual pertencia Aveiro, ao Mestre e ao Capítulo da Ordem Dominicana, bem como ao clero local – diligências de que se encarregou o prior João de Guimarães.

A bula de Pio II Pia Deo et Ecclesiae desiderare autorizava oficialmente a criação do mosteiro, datada de 16 de maio de 1461, data considerada de jure a da fundação do mosteiro. O solene lançamento da 1ª pedra deu-se logo a 15 de janeiro de 1462, presidida pelo próprio rei D. Afonso V. O nome escolhido para o mosteiro ter-se-á devido à posterior "oferta de uma imagem de Cristo crucificado às freiras dominicanas pelo religioso Francisco Zuzarte", imagem essa hoje exposta no Coro alto do Museu de Aveiro. Outros autores, no entanto, referem que foi intenção das fundadoras e do prior do convento vizinho, desde os primeiros passos, colocarem o novo cenóbio sob a invocação de Jesus, bem como sob a regra dominicana.

A maior obreira material do convento, D. Mécia, não viu, porém, concluída a obra a que dedicara toda a sua fortuna e atenção, pois faleceu a 3 de outubro de 1464 tendo, antes de falecer, pedido para fazer profissão particular, o que lhe foi concedido, pelo que é considerada a primeira religiosa professa do mosteiro.

No dia de Natal do mesmo ano, as outras religiosas recolhidas, num total de 11, tomaram o hábito de noviças e no primeiro dia do ano de 1465 realizou-se a cerimónia da clausura que deu início à vida monástica da comunidade. Passado um ano – conforme determina a regra dominicana – D. Brites e outras duas noviças fizeram a solene profissão e outras cinco lhes seguiram o caminho, em cerimónia realizada dias depois, novamente com a presença de D. Afonso V; no ano seguinte eram já doze as professoras.

D. Brites Leitão foi nomeada pelo prior da comunidade, frei João de Guimarães, "Regedor principal", aquando do encerramento da clausura; no ano seguinte passou a "Vigayra" e, em 1468, foi eleita unanimemente como a 1ª priora da nova comunidade cargo que desempenhou até à sua morte, em 1480, tendo assumido o cargo de priora a sua filha D. Maria de Ataíde (1482-1525).

Nos anos seguintes, e graças a doações e privilégios régios, aos proventos de professoras e de beneméritos, o pequeno mosteiro foi sendo ampliado e enriquecido, aumentando igualmente o número de monjas e noviças.

Porém, a entrada da princesa D. Joana, de filha de D. Afonso V e de D. Isabel, nascida no Paço da Alcáçova, em Lisboa, em 6 de fevereiro de 1452 havia de trazer ao mosteiro prestígio e desafogo material o que permitiu um desanuviamento da economia conventual e ao mesmo tempo promover um maior auxílio aos mais necessitados.

A princesa entrou no Mosteiro de Jesus a 4 de agosto de 1472 e tomou o hábito de noviça, e aí permaneceu até à sua morte, em 12 de maio de 1490. À sua entrada doou-lhe os seus bens, nomeadamente os provenientes do "senhorio de Aveiro", com "todas as rendas e direitos reais", obras de arte e o seu pai e irmão cumularam-na de benefícios e privilégios bem patente na documentação coeva. A D. Maria Ataíde sucedeu D. Isabel de Castro (1525-1534) e, findo o seu mandato, os priorados passaram de vitalícios a trienais ou quadrienais, conforme a Observância da Ordem.

Após mais de quatro séculos de vida ininterrupta o Mosteiro de Jesus foi extinto em 2 de março de 1874, por morte da última freira, a priora D. Maria Henriqueta de Jesus ou Maria Henriqueta dos Anjos Barbosa Osório, em cumprimento do disposto no decreto de 1862, onde foi regulamentado que os mosteiros femininos seriam definitivamente encerrados após a morte da última freira, no âmbito da "Reforma geral eclesiástica" de 1834, empreendida pelo ministro e secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, pelo Decreto de 28 de maio, publicado a 30 do mesmo mês, através do qual foram extintos todos os mosteiros, e os seus bens foram incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional.

Âmbito e conteúdo

O acervo é constituído, essencialmente, por documentação relativa ao exercício das funções de administração patrimonial e financeira do mosteiro e exercício de salvaguarda jurídica de direitos patrimoniais, nomeadamente: alvarás, bulas, tombos, autos e sentenças, entre outros.

Sistema de organização

Classificação funcional e, dentro de cada função, as séries documentais foram classificadas de acordo com a tipologia formal dos atos. A ordenação das séries é alfabética e a dos documentos é cronológica, dentro da unidade arquivística a que pertencem.

Cota descritiva

III-1ª-D-14-4 a III-1ª-D-15-3-29

Idioma e escrita

Latim e português

Instrumentos de pesquisa

Inventário, recenseamento e catálogo dos pergaminhos.

Unidades de descrição relacionadas

Completiva: PT, DGLAB, Mosteiro de Jesus de Aveiro (F). Código de referência: PT/TT/MJA. Descrição em linha, disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380642>

Genérica: PT, AUC, Direção de Finanças de Aveiro (F), Extinto Mosteiro de Jesus de Aveiro (SSec.). Código de referência: PT/AUC/ACD/DFAVR/APN-EMJA. Cota: III-1ª-D-15-1-30.

Notas de publicação

Error: Subreport could not be shown.

